



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

Segundo o relatório de estudo sobre a revisão intercalar do sector de jogos de fortuna ou azar, até 2014, as seis concessionárias de jogo contrataram um total de 95 062 trabalhadores. Na área das actividades correlativas à exploração de jogo, devido à persistência durante anos, por parte da sociedade, da não importação de trabalhadores para os cargos de *croupier* e supervisor, cerca de 94 a 97 por cento destes cargos são ocupados por trabalhadores locais. Contudo, na área das actividades correlativas não jogo, regista-se um aumento contínuo, desde 2010, dos trabalhadores importados pelas 6 concessionárias de jogo, sendo o número de trabalhadores locais nesta área, apenas, um pouco superior ao dos importados.

Importa salientar que o número de trabalhadores importados que ocupa cargos de gerente ou a nível superior começou a crescer em 2010 e, até 2014, esse número atingiu 2247 indivíduos. Desses trabalhadores, cerca de 30 por cento pertencem à área não jogo. Para além disso, nos últimos anos, cerca de 20 por cento, em média, dos trabalhadores importados foram promovidos anualmente e, só em 2014, já foram promovidos 1474, número este que, obviamente, não corresponde à política de promoção da ascensão profissional dos trabalhadores locais. Sendo o predominante de Macau, o sector do jogo, que oferece muitos empregos, é o beneficiário de várias políticas e tem condições suficientes, devendo assumir a responsabilidade de fornecer empregos estáveis e oportunidades de mobilidade ascendente aos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

trabalhadores locais, por isso a sociedade tem vindo a exigir-lhe que promova activamente a respectiva ascensão profissional, com vista a cumprir a sua responsabilidade social. Neste momento, o sector do jogo encontra-se numa fase de ajustamento e, para tal, o Governo deve definir uma proporção para a ocupação dos cargos mais adequados aos residentes, isto é, um número de trabalhadores importados inferior ao dos locais, designadamente, os da área correlativa não jogo, concretizando ainda o estabelecimento de um prazo e de um mecanismo de saída dos trabalhadores importados, incluindo cargos ao nível de dirigente, e incentivando as concessionárias de jogo a oferecer mais oportunidades de desenvolvimento profissional aos trabalhadores locais.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo o relatório de estudo sobre a revisão intercalar do sector de jogos de fortuna ou azar, nos últimos anos, na área correlativa à exploração de jogo, cerca de 94 a 97 por cento dos cargos foram ocupados por trabalhadores locais, e isto demonstra que a política de não permissão de importação de trabalhadores para os cargos de *croupier* e supervisor conseguiu determinar que as concessionárias de jogo contratassem primeiramente trabalhadores locais. No entanto, na área correlativa não jogo, devido à falta de um padrão de aprovação, são contratados cada vez mais trabalhadores importados, e o número dos trabalhadores locais é somente um pouco maior que o dos importados. O Governo deve definir padrões expressos quanto ao número total de trabalhadores importados para o sector e para as concessionárias de jogo, e a proporção entre os locais e os importados e o seu nível de salário, com vista a haver padrões



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a serem seguidos na respectiva aprovação e a facilitar a fiscalização por parte dos cidadãos. Quando é que isto vai ser feito?

2. O número de trabalhadores importados para cargos de dirigente ou a nível superior nas concessionárias de jogo continua a aumentar, sendo anualmente promovidos, em média, cerca de 20 por cento destes, situação que não corresponde à política de promoção da ascensão profissional dos trabalhadores locais. O Governo deve diminuir a quota de trabalhadores importados para cargos de dirigente, com vista a incentivar as concessionárias de jogo a explorar, a desenvolver e a aproveitar bem os recursos humanos locais, para que estes tenham oportunidades de prática, promoção e desenvolvimento. O Governo vai fazer isto?
3. O incentivo de emprego e ascensão profissional dos trabalhadores locais, e a melhoria do ambiente e das condições de trabalho, entre outros, devem ser aditados como factores essenciais de avaliação na revisão intercalar do licenciamento do jogo, portanto, o Governo vai fazer o respectivo aditamento? E vai definir padrões claros para permitir a fiscalização por parte dos cidadãos?

3 de Junho de 2016

**A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,**

Lei Cheng I

3